

Uma Visão Panorâmica sobre as ONGs

Ruy Pavan*

Assim como qualquer instituição, uma organização não-governamental deve ter de forma bem clara a sua razão de existir. Um motivo que justifique a sua atuação e um olhar sobre o qual ela irá direcionar a sua ação. Definida a ideologia, a ONG deve ficar atenta para que sua independência seja mantida acima de tudo e todos, funcionando sempre como um agente provocador do Estado e, ao mesmo tempo, um parceiro conciliador. A construção de consensos e a tolerância são fortes instrumentos para o sucesso do trabalho, dentro de um processo de construção de uma sociedade plural e democrática.

Longe da burocracia do Estado, esses organismos funcionam com mais agilidade, tendo maior mobilidade e versatilidade para atacar os problemas, desde que saibam exatamente quais os seus papéis. Uma organização não-governamental jamais deve substituir o Estado. Dentro da nova lógica mundial quanto mais esses papéis estiverem bem definidos mais eficientes serão os trabalhos. Uma ONG pode optar por duas linhas de ação: uma micro sem ser insignificante e outra macro sem substituir a ação estatal. A primeira opção é pontual e tem a vantagem de ter todos os olhares e atenções voltadas para uma pequena área de atuação, o que lhe garante mais vantagens na solução dos problemas. Quanto à outra, baseada na perspectiva de agente de execução de políticas públicas, o trabalho deverá estar balizado em planos bem elaborados e ações cuidadosamente executadas para que elas não percam de vista os objetivos iniciais e não se dispersem no meio das dificuldades que normalmente surgem no caminho.

As duas opções devem ter como marco inicial dos trabalhos um **planejamento estratégico** que norteará as ações, indicando começo, meio e fim, ou seja, um plano que inclua desde a mobilização social, passando pela execução do trabalho em si, a

avaliação e, finalmente, a divulgação dos resultados com seus sucessos e insucessos.

Trata-se de uma estratégia global que analisa a área e o objeto em questão antes da ação da ONG e estabelece as metas onde se quer chegar. Por mais difícil que possa parecer, esses organismos devem ter fortes raízes e grandes antenas. Devem estar com os pés na terra, mergulhados na sua área de atuação e no problema que pretende atacar, mas com a cabeça nas "nuvens", percebendo os movimentos do mundo a cada momento. As ONGs precisam ser locais e universais ao mesmo tempo.

Assim como os Conselhos, Sindicatos e Associações, as ONGs funcionam também como agentes fiscalizadores do Estado, criando mecanismos de defesa da sociedade civil. Mas nem por isso estão longe de serem fiscalizadas. São instituições legítimas como qualquer outra e, portanto, passíveis de análises de terceiros, desde que usados os instrumentos corretos. Até porque os financiamentos dessas organizações são, muitas vezes, oriundos de instituições públicas nacionais e/ou internacionais que têm o dever de prestar contas dos recursos aplicados.

Outro fator importante para o sucesso do trabalho das ONGs é a formação e capacitação constante de seus profissionais, através de cursos, seminários, intercâmbios de experiências e discussões abertas que levam ao crescimento individual de cada membro da equipe, fortalece o espírito de coletividade e enriquece o trabalho. Há espaços para militância e voluntariado nesses organismos, porém é fundamental manter-se não só uma base, mas principalmente, os princípios e a mentalidade profissional, que buscam garantir a competência na execução dos objetivos e metas propostos.

Experiência baiana

Dentro dessa visão de organizações não-governamentais, o Estado da Bahia tem apresentado, nos últimos anos, modelos interessantes e eficientes que merecem ser citados e estão sendo reproduzidos dentro e fora do País. Seja na Educação, na Cultura ou no trabalho junto às crianças e adolescentes em situação de rua, a Bahia está mostrando como as ONGs são importantes atores para a resolução dos problemas. Há dez anos, seria difícil acreditarmos que fecharíamos o século com instituições fortes e representativas para a Sociedade como o Projeto

Axé, o Centro de Referência do Adolescente, o Movimento de Organização Comunitária, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, o Liceu de Artes e Ofício, a Organização do Auxílio Fraternal, dentre outras que se destacam. Elas representam, sem dúvida, um amadurecimento da sociedade civil baiana e têm contribuído para a construção de um novo paradigma na relação Estado X Sociedade, influenciando os quadros dirigentes governamentais e criando uma nova forma de cooperação e parceria na elaboração e execução das políticas públicas.

Para o **Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef** - este campo, há muito pouco tempo visto como campo minado ou sombrio, principalmente no que tange a relação da sociedade com as diversas instâncias governamentais, é identificado hoje como área prioritária de nossa cooperação com o Brasil. Portanto, além de estimular as parcerias e grandes debates nacionais, o Unicef trabalha em todos os estados brasileiros de forma a estimular e fortalecer as organizações não-governamentais e suas relações com os órgãos governamentais. Com mais de 50 anos atuando em todo o mundo para a garantia dos Direitos da criança e do adolescente, a organização entende que esse é um bom caminho para se construir uma vida melhor e mais justa para todos.

Sentimo-nos honrados por podermos comemorar, em 1998, na Bahia, os 50 anos da Carta de Declaração dos Direitos Humanos, com uma sociedade mais participativa, atuante e mais integrada em si e,



Foto: Sergio Pedreira

consequentemente, com o mundo. Ainda há muito por fazer e construir, por isso, continuemos trilhando o caminho da parceria e da troca de experiências e informações para conseguirmos uma melhor qualidade de vida para todos.

*Ruy Pavan é Coordenador do UNICEF para os Estados da Bahia e Sergipe.